

## ENTREVISTA

# A PAISAGEM COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES COM JEAN-MARC BESSE<sup>1</sup>

## THE LANDSCAPE AS A PLANNING TOOL: INTERDISCIPLINARY DIALOGUES WITH JEAN-MARC BESSE

*Entrevistado: Jean-Marc Besse\**

*Entrevistador: Rafael Teixeira Vidal\*\**

\*Centre National de Recherche Scientifique, Géographie-cités, Campus Condorcet, França

\*\*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### Introdução

A relação entre o planejamento urbano e regional e os estudos da paisagem tem se consolidado como um campo interdisciplinar essencial para compreender os processos de transformação territorial e os desafios contemporâneos da urbanização. Ambos os domínios compartilham preocupações com a organização espacial, a dinâmica socioeconômica, a qualidade e a sustentabilidade ambientais e o direito a condições urbanas ambientalmente dignas e justas, ainda que partam de tradições teóricas e metodológicas que ora se avizinham, ora se afastam. Nesta entrevista com Jean-Marc Besse, geógrafo e diretor de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), realizada como uma das atividades de doutorado sanduíche em Planejamento Urbano e Regional na École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris la Villette (ENSAPLV), pretende-se pensar as aproximações entre esses dois campos. Sem objetivar uma retomada histórica dessa relação, a entrevista busca novos caminhos de diálogo e de correspondência mútua entre os domínios do planejamento e dos estudos da paisagem que, de antemão, lutam por interesses comuns.

---

1. Revisão técnica: Tiago Cargnin Gonçalves, doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor de Geografia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA-UFSC).

No campo do planejamento urbano e regional, a paisagem tem sido historicamente abordada como um componente do ordenamento territorial, associado tanto à leitura urbana quanto à ordenação dos espaços. No século XIX, o trabalho de Frederick Law Olmsted (1852) considerou a paisagem para a criação de parques urbanos de lazer e de saúde pública e como um elemento estruturante da cidade – antecipando princípios que viriam a influenciar o planejamento urbano do século XX. Já no século XXI, a paisagem se torna um instrumento de planejamento territorial, de identidade urbana e de afirmação de direitos de movimentos sociais, tanto na cidade quanto no campo.

No século XX, com o avanço da modernização urbana e a crescente fragmentação entre planejamento urbano, urbanismo e paisagismo, houve uma tendência de separação entre os campos. No entanto, a partir dos anos 1950 e 1960, essa visão começou a ser contestada por pensadores, como Ian McHarg (1969), que propôs um planejamento ecológico baseado na análise integrada de camadas que compõem sistemas naturais, urbanos e sociológicos. Sua obra *Design with Nature* influenciou fortemente o urbanismo, a geografia e o paisagismo, além de ter aberto um caminho, a ser ainda mais percorrido, sobre a paisagem como elemento de planejamento urbano e regional.

Nas últimas décadas, a convergência entre o planejamento urbano e os estudos da paisagem se intensificou, com o avanço das percepções sociais sobre mudanças climáticas, injustiça ambiental e sua relação com o ambiente urbano. Nessa esteira, as contribuições de Jean-Marc Besse (2003; 2006) ampliam a compreensão da paisagem no campo do planejamento territorial, articulando, sobretudo, perspectivas históricas, filosóficas e geográficas. Em sua obra, Besse propõe uma abordagem da paisagem não apenas como uma realidade física ou ecológica, mas também como um campo de experiência sensível e simbólica, vinculado à história, à memória e ao direito dos territórios e de seus atores.

Para o entrevistado, a paisagem é um meio de articulação entre diferentes temporalidades e agentes, permitindo novas leituras da relação entre natureza e cidade, urbanização e ambiente, ecologia e subjetividade, história e lugares de memória. Seu conceito de “necessidade da paisagem” reforça a urgência de considerar a paisagem como um elemento ativo no planejamento, com o qual os planejadores constroem e “fazem com” (*faire avec*), e não apenas como um pano de fundo para a intervenção no espaço urbano.

No Brasil, diálogos com tal perspectiva têm sido incorporados em estudos sobre urbanização e ecologia da paisagem, como as pesquisas de Antonio Carlos Diegues (1994), Vladimir Bartalini (1999), Silvio Soares Macedo (1999), Rafael Winter Ribeiro (2007) e Abílio Guerra (2016), que destacam a importância da paisagem como componente ativo no planejamento territorial e na identidade urbana.

A trajetória histórica da relação entre planejamento urbano e estudos da paisagem revela um movimento que vai da concepção ornamental dos parques urbanos à compreensão da paisagem como instrumento de lutas urbanas e de resiliência nas cidades.

Essa trajetória é reforçada nesta entrevista, no intuito de que a integração entre os campos seja cada vez mais almejada, especialmente em um mundo contemporâneo de catástrofes, mudanças climáticas, injustiças ambientais, perda de biodiversidade e espraiamento urbano desordenado.

A fim de reforçar a contribuição interdisciplinar de Besse para os estudos urbanos e regionais, que combina filosofia, geografia, planejamento e história, a entrevista foi estruturada em três eixos principais, que se cruzam de forma não linear: a paisagem como objeto teórico e histórico; a evolução da teoria da paisagem e sua relação com a noção de patrimônio e planejamento; e os desafios contemporâneos ligados à paisagem como categoria de planejamento.

## Entrevista

**Rafael T. Vidal:** Antes de entrar nos eixos que estruturam a entrevista, gostaria muito que você nos contasse um pouco sobre sua trajetória intelectual. Qual foi sua formação e como a paisagem passou a integrar suas reflexões? Quais foram as suas principais inspirações?

**Jean-Marc Besse:** Sou filósofo de formação. Estudei filosofia até obter o diploma conhecido na França como *agrégation* em Filosofia. Lecionei filosofia e, ao mesmo tempo, segui outras formações universitárias, por um lado em geografia e, por outro, em literatura. Mas, no que se refere à paisagem, meu interesse veio tanto dessa afinidade antiga com a Geografia quanto de um conjunto de oportunidades que se apresentaram a mim. Quero dizer com isso que, quando eu ensinava filosofia, frequentava um seminário de literatura na Universidade de Lille, pois eu lecionava na região de Lille.

Foi nessa ocasião que tive a oportunidade, a pedido do professor de literatura responsável pelo seminário, de apresentar minha primeira conferência sobre paisagem. A seu convite, fui encarregado de coordenar um número da revista acadêmica da universidade, chamada *Revue des Sciences Humaines*, que recebeu o título *Écrire le paysage*. Naquele momento, como você pode imaginar, eu estava muito interessado nos aspectos literários e, de maneira mais ampla, nos aspectos estéticos e artísticos da paisagem.

Eu já havia começado a escrever sobre Petrarca, Goethe e outros grandes autores, sobretudo escritores modernos e românticos, abordando a questão da paisagem. Na verdade, fui convidado, quase ao mesmo tempo, um pouco mais tarde, por volta dos anos 1998-2000, para participar da criação e da coordenação de uma revista da qual sou agora diretor: *Les carnets du paysage*, na École Nationale Supérieure de Paysage de Versailles (ENSP-Versailles).

Além disso, também fui convidado para contribuir em um curso de pós-graduação que estava sendo criado na mesma época em Genebra, na Faculté d'Architecture de l'Université de Genève. Esse curso se chamava justamente *Architecture du paysage* e era coordenado por Georges Descombes, um grande arquiteto-paisagista. Assim, devido a esse conjunto de circunstâncias, comecei também a ensinar na ENSP-Ver-salles, ministrando seminários, cursos, entre outras atividades.

**Rafael T. Vidal:** Cursos ligados à sua pesquisa sobre paisagem?

**Jean-Marc Besse:** Minhas atividades estavam ligadas ao ensino da teoria da paisagem e à história das representações da paisagem. Devo especificar que, naquele momento, eu já havia deixado o ensino de filosofia e me tornado pesquisador no CNRS, integrando uma equipe de geografia. Foi, portanto, um percurso um pouco peculiar: eu estava cercado de geógrafos, historiadores da geografia e epistemólogos da geografia, mas com uma formação predominantemente filosófica.

O encontro que realmente marcou minha trajetória foi o contato com arquitetos, paisagistas e urbanistas, que me permitiram ultrapassar uma abordagem puramente literária, filosófica e artística da paisagem. Era um período, vale lembrar, em que a teoria da paisagem na França estava fortemente influenciada pelos trabalhos de Alain Roger e Augustin Berque, que defendiam a ideia de que a paisagem era, antes de tudo, uma categoria estética, ligada essencialmente à representação artística. Sem me opor radicalmente a essa perspectiva, percebi que a noção de paisagem era muito mais rica e complexa do que isso.

Algo que aprendi – e que considero absolutamente fundamental – do contato com arquitetos e paisagistas, é que, para abordar a questão da paisagem, não se pode partir apenas da história das representações artísticas e literárias. Passei a entender que era essencial considerar a paisagem a partir do estudo do sítio, das transformações territoriais e da questão do projeto e do planejamento. Em outras palavras, para compreender a paisagem, eu precisava primeiro olhar para fora, para o mundo real, e não me limitar às bibliotecas e aos museus. Essa foi uma descoberta crucial na evolução do meu pensamento sobre a paisagem.

Continuei desenvolvendo, por um lado, uma pesquisa teórica sobre a história da paisagem, suas representações e suas teorias. Ao longo do percurso, identifiquei que essa é uma história complexa e repleta de abordagens diversas, tanto teóricas quanto práticas. Distingo, por exemplo, uma abordagem estética, mas também uma abordagem ligada à história social e cultural, outra relacionada à ecologia, e, ainda, uma abordagem que privilegia as experiências sensíveis, fenomenológicas. Trabalhei dentro de cada uma dessas perspectivas.

Foi naquele contexto que me deparei com a obra de um historiador e teórico da paisagem que teve um impacto fundamental em meu pensamento: John Brinckerhoff Jackson. Com alguns colegas, fizemos um esforço para traduzir seus textos e livros para o francês e disponibilizá-los ao público e aos estudantes. Foi uma contribuição extremamente importante para aprofundar minha concepção de paisagem por meio de uma abordagem que combina o estudo do território com a observação, a descrição e a experiência direta. Além disso, Jackson me influenciou ao destacar a importância do vernacular, do cotidiano e do ordinário no estudo da paisagem, algo a que sou profundamente ligado.

Desde então, continuei trabalhando e publiquei diversos livros nos quais abordo a questão histórica da paisagem. Considero que ainda nos falta uma história completa da noção de paisagem. Muitas das histórias da paisagem que temos hoje se concentram quase que exclusivamente nas representações artísticas e pictóricas, de modo que ainda não dispomos de uma história detalhada do próprio termo “paisagem” nas diferentes línguas que o adotaram. Essa lacuna tem consequências negativas ou, no mínimo, lamentáveis sobre a maneira como abordamos a teoria da paisagem e como projetamos paisagens.

Mais recentemente, passei a me interessar por uma abordagem jurídica e política da paisagem. Inicialmente, por meio de colaborações com associações e, posteriormente, com teóricos do Direito, desenvolvi pesquisas sobre a paisagem como um bem comum, explorando a noção da paisagem como parte do planejamento dos bens coletivos e do direito à cidade. Como parte desse trabalho, participei da elaboração do *Dictionnaire des biens communs*, publicado há alguns anos pelas edições PUF.

Atualmente, estou trabalhando em uma proposta, que talvez se torne um livro, sobre a noção de “direito à paisagem”. Não “direito da paisagem”, que já é um conceito bem estabelecido há mais de um século, mas “direito à paisagem”, como um direito social e, mais amplamente, como parte dos direitos humanos. Esse tema se torna ainda mais relevante no contexto ambiental atual, marcado por degradações crescentes.

É nessa direção que estou me encaminhando agora, sem abandonar, no entanto, as abordagens anteriores, sejam elas artísticas, fenomenológicas, ecológicas ou socioculturais. Pelo contrário, busco justamente fazer convergir essas diferentes perspectivas para uma proposta mais ampla de direito à paisagem.

Esse, em resumo, é o meu percurso.

**Rafael T. Vidal:** Creio que podemos falar um pouco mais sobre essa dimensão da interdisciplinaridade. Você mencionou a Filosofia, a Literatura e a Geografia. Você

também explicou como esses diferentes campos enriquecem sua abordagem, e isso é algo muito interessante em sua obra, pois conseguimos perceber como você transita entre essas diferentes perspectivas, sempre buscando avançar ainda mais em direção a uma compreensão contemporânea que integra todos esses desafios. Eu fico intrigado com essa forma de trabalhar, com tudo isso ao mesmo tempo. Quais são os desafios de transitar entre várias disciplinas que, às vezes, são um pouco conflitantes?

**Jean-Marc Besse:** Então, trabalho, como você observou, como filósofo, junto com historiadores, geógrafos, antropólogos, historiadores da arte e da literatura, arquitetos, paisagistas e arqueólogos. Quando digo que trabalho com eles, não é apenas uma forma de falar. De fato, poderia citar vários colegas com os quais estou envolvido em projetos.

E isso é algo muito importante para mim. Talvez essa característica seja justamente um efeito ou consequência da minha formação filosófica. Sempre me impressionou uma questão: por um lado, a diversidade de linguagens presentes nas ciências sociais, nas disciplinas ligadas ao planejamento e nas humanidades, especialmente no que diz respeito ao conceito de paisagem; e, por outro lado, a possibilidade de encontrar pontos de interseção entre elas.

Ou seja, mesmo que eu não acredite em uma ciência geral da paisagem, nem em uma teoria geral da paisagem – por razões que estão ligadas às minhas escolhas filosóficas –, sou bastante reticente, ou até contrário, à ideia de um sistema totalizante. Gosto muito da frase de Gilles Deleuze quando ele fala sobre Leibniz, justamente para se opor a ele: “é preciso inventar uma síntese sem totalização”<sup>2</sup>. Acho que é possível criar espaços de síntese, momentos, zonas ou ações de síntese, sem necessariamente cair na obsessão pela totalização, ou seja, sem a necessidade de um discurso único e absoluto.

Acredito que isso também se relaciona com uma prática filosófica que consiste em analisar discursos, questionar seus pressupostos conceituais, teóricos ou imaginários e, de certa forma, desconstruí-los para revelar os problemas subjacentes. Na verdade, penso que fazer filosofia é formular problemas, e não fornecer soluções. E isso pode ajudar diferentes interlocutores, como geógrafos, arquitetos ou escritores, a identificar e estruturar questões comuns, apesar da diversidade de suas linguagens e referências.

---

2. DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Capitalisme et schizophrénie*. Tome 2: Mille plateaux. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

**Rafael T. Vidal:** Pontos de interseção?

**Jean-Marc Besse:** Pontos de interseção, pontos de contato, pontos de concordância, eventualmente, tanto no discurso quanto na ação, mas sem necessariamente buscar fundir tudo. É preciso aceitar a complexidade, aceitar que o real não é, por assim dizer, linear, não é uma superfície, mas que, ao contrário, há toda uma espessura de discursos, de posicionamentos possíveis etc.

**Rafael T. Vidal:** Então, você acha que é possível fazer essa síntese sem totalização identificando pontos de interseção?

**Jean-Marc Besse:** Então, sínteses, falamos no plural. Eu transformo essa ideia: há pontos de síntese, lugares de síntese. Mas como isso pode se realizar na ação, nos projetos, nos próprios lugares? Quero dizer, quando há um patrimônio histórico a preservar ou a transformar, diversos atores com diferentes competências e linguagens precisam ser mobilizados. Há o historiador dos jardins, o historiador da arte, o jardineiro, o ecólogo, o arquiteto projetista, o sociólogo, o gestor público preocupado com a acessibilidade desse jardim ao público visitante. Todos esses atores têm interesses e linguagens distintas, mas podem se encontrar em um mesmo espaço.

Eu acredito muito na experiência comum. Ou seja, reunir esses diferentes atores no mesmo lugar e momento para compartilhar uma experiência. Isso demanda tempo, mas não tanto quanto se imagina. No entanto, requer de cada um deles a disposição para estar presente nessa experiência.

Há cerca de uma semana, estive na Córsega e participei da apresentação de um plano paisagístico coordenado pelo Parque Natural da Alta Córsega. Trata-se de uma operação patrimonial em uma bacia hidrográfica fortemente marcada, em termos de paisagem e de território, pela agropecuária. Embora essa atividade não exista mais, restam seus vestígios: muros de pedra seca, currais, ruínas e até mesmo marcas na vegetação e na topografia, moldada para facilitar a circulação de rebanhos e pastores.

A operação consistia em redesenhar ou valorizar um caminho tradicionalmente utilizado pelos moradores e pastores, mas que hoje tem novos usos, sobretudo recreativos. Os atores envolvidos eram associações de moradores, caçadores, representantes do Estado, pesquisadores universitários especializados em biologia vegetal e hidrologia, entre outros.

Por que menciono isso? Porque, em determinado momento, todos esses atores estavam juntos no caminho, trocando ideias durante a caminhada e o almoço no local. Mesmo que as discussões não fossem altamente teóricas ou elaboradas, havia um sentimento comum de pertencimento e de experiência compartilhada que possibilitou os diálogos.

Naquele contexto, a operação patrimonial – a conservação daquela paisagem – tinha mais chances de sucesso. Primeiro, porque os diferentes atores estavam no local e puderam vivenciar o espaço. Segundo, porque se reconhecia que não se tratava de congelar a paisagem, mas de acompanhar suas transformações, respeitando a renovação dos usos.

Insisto nesse ponto porque acredito que a ação patrimonial na paisagem é sempre possível, desde que mobilize diferentes atores, incluindo associações de moradores e usuários, e que se realize diretamente no território.

**Rafael T. Vidal:** Isso ressoa muito para mim, porque, na pesquisa de doutorado que desenvolvo, identifico mais de 25, quase 30 atores diferentes que possuem um discurso formalizado, um discurso oficial sobre a paisagem. Ou seja, são quase 30 atores provenientes de diferentes disciplinas, universos sociais e trajetórias, cada um trazendo para a instituição sua própria visão, seu olhar, sua representação da paisagem. A história que você contou é particularmente interessante, pois ilustra bem um exemplo de como encontrar esse ponto de convergência. E é justamente nisso que tenho encontrado dificuldades na minha pesquisa: identificar os pontos de interseção entre esses diferentes atores.

**Jean-Marc Besse:** O ponto, segundo eu vejo, é que, de fato, sempre há atores que são especialistas. De qualquer forma, todos os atores têm opiniões, representações, conhecimentos, e colocá-los na experiência, no local, sem seus papéis, sem seus discursos, sem suas apresentações de slides, simplesmente estando ali, isso os impulsiona, os leva a ir um pouco além no encontro, na expressão, ao mesmo tempo que permanecem eles mesmos, de certa forma. Eles mobilizam o que sabem, o que pensam, mas isso os coloca um pouco além de si mesmos, fora de si mesmos. E isso não é nada além do próprio conceito de paisagem, justamente. Ir para fora, entende?

**Rafael T. Vidal:** Isso me faz pensar no que você teorizou e no que aborda em seu livro *La nécessité du paysage*, de 2018, que é o “fazer com”, mas voltarei a essa questão em outro momento. Esses discursos de cada disciplina, creio eu, nos remetem à questão da narrativa, da paisagem como um relato. Você falou sobre a representação e a pintura como um quadro ligado à história da paisagem, sobre como a paisagem, na sua trajetória social, esteve vinculada à pintura. Como você vê essa relação entre a pintura e a paisagem? A pintura pode ser considerada um discurso sobre a paisagem? Essa é uma questão particularmente importante para mim, porque, desde meus estudos no Brasil, especialmente dentro das instituições, percebo que nossa forma de preservar está sempre ligada à paisagem, ou seja, à

pintura, por exemplo. Preservar a paisagem está sempre associado à pintura, especialmente às pinturas do século XVIII produzidas pela Missão Artística Francesa no Brasil. Como podemos nos desprender desses mitos e dessas representações?

**Jean-Marc Besse:** Acho que há dois aspectos nessa questão das narrativas. O primeiro é exatamente o que você mencionou: o fato de que a paisagem sempre esteve inserida em representações e narrativas – não só representações artísticas, mas também (e, frequentemente, de maneira interligada) representações de cunhos político, religioso e identitário. É o que às vezes chamamos de “paisagem da nação”, ou seja, o discurso voltado para a afirmação de uma identidade nacional que se apoia em certos motivos iconográficos, incluindo a paisagem. Esse discurso investe a paisagem de valores políticos, religiosos, artísticos entre outros, podendo até chegar a uma forma de caricatura.

Essa é a primeira maneira de compreender a paisagem como narrativa: a paisagem real é mobilizada, captada e apropriada por um conjunto de discursos, intenções, vontades e estratégias que se aplicam sobre ela. Essa apropriação permite transformá-la. Basta pensar em Brasília: ali há uma criação de paisagem vinculada a representações e modelos políticos, arquitetônicos, artísticos e técnicos. Mas, nesse caso, a paisagem conta uma história que, de certa forma, não é a sua própria história.

A segunda maneira de abordar a paisagem como narrativa é não vê-la como resultado ou aplicação de um conjunto de discursos e representações, mas considerá-la em sua realidade histórica, geográfica e, mais precisamente, topográfica. Ou seja, enxergar a paisagem como um produto – embora não goste desse termo – ou como uma construção, como uma história. É o que diz John Brinckerhoff Jackson: “a paisagem é história, é a história humana”<sup>3</sup>.

Essa história pode ser resultado das intenções das sociedades e também de fatores involuntários. Muitas coisas na paisagem são produtos inesperados das atividades humanas, dos conflitos, das guerras. E, nesse sentido, a paisagem também conta uma história, mas não necessariamente aquela que os ideólogos gostariam que ela contasse.

Gosto muito da noção proposta pela arquiteta paisagista Elissa Rosenberg, que fala em *L'imagination topographique*<sup>4</sup> [A imaginação topográfica]. A topografia da paisagem – sua materialidade – já conta uma história por si só, sugere reflexões, projeta imagens. É aí que reside seu valor cognitivo e também afetivo. Esse olhar

---

3. JACKSON, J. B. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven; London: Yale University Press, 1984.

4. ROSENBERG, E. *L'imagination topographique*. Les Carnets du Paysage, n. 8, p. 7-24, jul. 2002.

é essencial para os paisagistas, arquitetos e geógrafos, assim como para todos aqueles que adotam uma abordagem “clínica” do território: aprender a observar, a distinguir nuances, a enxergar a paisagem tal como ela é, e não como gostaríamos que fosse ou como imaginamos que poderia ser.

Essa também é uma forma de narrativa da paisagem, mas uma narrativa materialmente encarnada nos lugares [*incarnées dans les sites*].

No fundo, pode haver um descompasso entre esses dois regimes narrativos. Às vezes, eles coincidem. No Meio-oeste Americano, nos territórios da antiga União Soviética ou nas paisagens das plantações coloniais, por exemplo, houve uma sobreposição entre a narrativa ideológica e a narrativa topográfica. Isso aconteceu porque a ideologia teve uma força tal que se impôs sobre o território e o transformou profundamente.

Mas, na maioria dos casos, não há esse encaixe perfeito entre as duas narrativas. Ao contrário, frequentemente há tensões e contradições entre a paisagem real e as histórias que se pretendem contar sobre ela.

**Rafael T. Vidal:** Isso me faz pensar muito na história da colonização, na transformação da paisagem, na paisagem trazida pela colonização. Talvez seja algo que emerja mais tarde. Isso é interessante porque, ao ouvir a sua resposta, sempre tenho a impressão de que você – se entendi bem, e se me permite – tenta encontrar um ponto em comum, um ponto de cruzamento, uma espécie de consenso que se produz nos locais, nos *sites incarnées*, como você mencionou. Mas você também acredita que as paisagens, por meio dessas narrativas topográficas e ideológicas, podem ser espaços de conflito? Ou seja, as diferentes definições de paisagem podem gerar tensões ou até mesmo conflitos?

**Jean-Marc Besse:** Claro, claro. A paisagem é, fundamentalmente, um espaço de conflito. A paisagem é, fundamentalmente, um lugar de tensão, de conflito e até mesmo de violência, porque há interesses em jogo. Voltarei à questão da violência mais adiante. Mas, sim, de conflito, porque os atores envolvidos nas operações paisagísticas ou, simplesmente, aqueles que vivem e atuam nos territórios têm motivações diferentes e, muitas vezes, interesses opostos.

Esses conflitos são permanentes nos dias de hoje. Eles ocorrem, por exemplo, entre pastores e excursionistas; entre agricultores que utilizam produtos fitossanitários extremamente nocivos à saúde e seus vizinhos que vivem em zonas periurbanas; entre indústrias que querem expandir operações extrativistas – como a exploração do gás de xisto – e as populações locais, preocupadas com os impactos ambientais e sanitários; ou, ainda, entre agricultores que desejam expandir o cultivo de grãos

na Amazônia e as populações indígenas que ali vivem e desenvolvem uma relação com a floresta – e, mais amplamente, com a natureza – baseada em uma lógica agrícola completamente distinta.

Os conflitos são constantes. A questão central é justamente como encontrar caminhos para lidar com essa realidade. E aqui entra o papel da política. Quando falo de governo, refiro-me ao termo no sentido mais amplo, incluindo os responsáveis pelas decisões políticas. O desafio é estabelecer regras, definir espaços e momentos onde encontros e negociações possam ocorrer, onde seja possível chegar a sínteses. Isso envolve diplomacia, envolve negociação. Esse é um ponto fundamental.

**Rafael T. Vidal:** A diplomacia, sim! Porque é um jogo, um campo de significados que é muito diverso. É por isso que lhe fiz essa pergunta. Também penso que o patrimônio pode ser visto como um campo de significados.

**Jean-Marc Besse:** Com certeza.

**Rafael T. Vidal:** Ou seja, é um campo que estrutura o que merece ser classificado e protegido. Desde os anos 1970, ou até mesmo antes, a noção de patrimônio parece estar cada vez mais ligada à paisagem. Hoje, fala-se em paisagem cultural. Há vários casos de classificação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Como você concebe a relação entre esses dois conceitos, essas duas noções? Esse é um tema que lhe interessa?

**Jean-Marc Besse:** Eu devo admitir que não estou muito interessado pelas questões patrimoniais. Mas é evidente que nos deparamos com elas quando nos interessamos pelas questões da paisagem.

Por que eu não me interessei imediatamente pela questão do patrimônio ao me interessar pela paisagem? Porque, aos meus olhos, a paisagem é viva. Quero dizer com isso que ela está em transformação permanente. Isso significa, também, que está em um desaparecimento contínuo, em uma renovação constante. Desse ponto de vista, se tomarmos a noção de patrimônio em um sentido extremamente restrito, fixo, há uma dificuldade em articular as duas noções.

Mencionei há pouco uma experiência na Córsega. O que eu dizia às pessoas presentes era que podemos pensar que há uma paisagem desaparecida. Mas, para mim, trata-se de uma nova paisagem. É isso que devemos ver e pensar: uma nova paisagem na qual existem, de fato, vestígios do passado, elementos patrimoniais, certamente, ou elementos aos quais podemos atribuir um valor patrimonial. Mas, ainda assim, é uma nova paisagem. Por quê? Porque há novos usos.

Isso me parece um ponto essencial, inclusive dentro do próprio pensamento sobre o patrimônio. Podemos pensar o patrimônio a partir da questão da paisagem, integrando justamente essa dimensão da transformação.

Quando lidamos com um patrimônio paisagístico, nos deparamos com uma primeira dificuldade: o fato de que o elemento vegetal muda constantemente. É completamente ilusório, até absurdo, tentar fixá-lo. Essa é, aliás, uma das questões clássicas no patrimônio: em que momento no tempo devemos nos situar? Para mim, é totalmente ilusório querer fixar a vida, simplesmente o que é vivo. Os animais mudam. Os seres humanos mudam. As práticas mudam. Os usos – o que eu chamo de usos – mudam. Isso significa que já existe uma dimensão de transformação que precisamos assumir.

Mas, ao mesmo tempo, existem elementos na paisagem aos quais podemos atribuir um valor patrimonial. Em primeiro lugar, claro, os elementos construídos, os monumentos – não necessariamente monumentos excepcionais, mas vestígios de ocupações e construções passadas –, aos quais podemos decidir conceder um valor patrimonial, mesmo reconhecendo que seu uso mudou. Posso, por exemplo, visitar um palácio em Viena. Posso patrimonializá-lo, isto é, preservá-lo, conservá-lo, mas, na realidade, os usos mudaram completamente. Os habitantes mudaram. Precisamos aceitar isso.

O outro ponto que me interessa nessa questão não diz respeito apenas aos elementos construídos, ou seja, não se trata apenas de atribuir uma dimensão patrimonial e de conservação a edifícios. Há algo que considero ainda mais fundamental do ponto de vista da paisagem: a morfologia, a morfologia do território. Os elementos e aspectos que compõem, estruturam e dão forma a essa morfologia territorial.

Isso me parece essencial, porque é justamente o que dá caráter à paisagem, o que os antigos chamavam de fisionomia da paisagem. Isso me parece um ponto crucial, tanto para a reflexão quanto para a abordagem patrimonial. Trata-se de reconhecer, por meio de uma leitura arqueológica, geográfica e histórica, as formas do território. Mas reconhecer a persistência dessas formas.

E aí surge a questão: qual é o significado disso?

**Rafael T. Vidal:** A persistência, mas também a impermanência.

**Jean-Marc Besse:** Ela dura, mas, ao mesmo tempo, se transforma. Isso é algo que os arqueólogos da paisagem demonstram muito bem.

Eu penso que, fundamentalmente, uma paisagem tem uma forma, uma orientação, uma morfologia, uma dinâmica. As estradas seguirão determinada direção; mesmo que desapareçam, haverá uma orientação do espaço para um determinado ponto, para certa direção, mesmo que a estrada não esteja mais lá.

É isso que precisamos reconhecer e aceitar, pois é o que confere à paisagem, em última instância, não exatamente uma permanência – um termo que não me agrada muito –, mas uma persistência. Ou, como às vezes também se diz, uma sobrevivência.

**Rafael T. Vidal:** O senhor concorda que é possível proteger, ou até mesmo congelar, um lugar vivo, afinal? Isso parece um pouco paradoxal.

**Jean-Marc Besse:** Sim, é paradoxal e, ao mesmo tempo, como dizer, é exatamente a razão de ser da patrimonialização. Se formos congelar um lugar morto, estaríamos lidando com um cemitério – e, ainda assim, mesmo os cemitérios mudam, não é? Insisto muito nesse ponto porque ele ilustra claramente que a ação patrimonial e a ação projetual são, na verdade, a mesma coisa. Projeta-se para preservar. Preservar é projetar. Assim, de fato, classificar um lugar vivo significa definir um projeto para que ele continue a viver, garantindo, ao mesmo tempo, uma certa forma de continuidade histórica.

**Rafael T. Vidal:** É pensar no futuro. Um exemplo na França que me interessa muito é o caso de Fontainebleau, que foi classificado pela Unesco como patrimônio da humanidade e paisagem cultural. No dossiê de Fontainebleau, há também uma exposição recente no Petit Palais sobre as obras de Théodore Rousseau e os pintores românticos, que ajudaram a valorizar e a construir o olhar que levou à patrimonialização do local.

No processo da Unesco, essa representação de Fontainebleau é constantemente referenciada por meio de imagens e obras de arte, especialmente das pinturas de Théodore Rousseau. Esse é um exemplo que estudei aqui na França e que me impacta muito, pois encontro paralelos com o processo de classificação do Rio de Janeiro como paisagem cultural, que também se baseia fortemente em imagens.

E isso sempre me causa certo desconforto, porque me pergunto se – e gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso, especialmente em relação à ideia de proteger um lugar vivo –, nesses dois casos, estamos protegendo uma paisagem como um quadro, uma imagem fixa ou como uma entidade viva, em transformação, em constante entrelaçamento com o tempo e as dinâmicas contemporâneas. Afinal, o que estamos protegendo nesses casos? O que o senhor pensa sobre isso?

**Jean-Marc Besse:** O que eu gostaria de dizer é que, se hoje quisermos fixar a floresta de Fontainebleau na imagem que Théodore Rousseau nos deu, estaremos fadados ao fracasso. Especialmente na situação ambiental que conhecemos atualmente. Mas isso me permite destacar um ponto importante.

Voltando à questão do papel do artista, podemos tomar Théodore Rousseau como exemplo. A exposição sobre ele é belíssima, muito interessante, e chama a atenção,

pelo menos, por um aspecto fundamental: o artista, de certa forma, não impõe apenas uma representação, mas duas coisas essenciais. Em primeiro lugar, ele impõe uma sensibilidade. Em segundo lugar, uma presença. Ou seja, ele se coloca em contato direto com as árvores, as observa detalhadamente, e sua preocupação central está justamente aí: transferir para a tela a presença sensível da árvore.

O que isso significa? Por que [Théodore] Rousseau – e aqueles que vieram depois dele – é tão importante? Porque ele propõe um novo olhar, uma nova experiência. Em um primeiro momento, esse olhar é um desvio, um desacordo em relação às representações pictóricas mais convencionais da floresta. Não se trata apenas de representar uma árvore, mas de fazer com que a árvore quase “apareça” na tela. Trata-se de uma colocação em presença, em vez de uma mera representação – é uma distinção sutil, mas fundamental.

O que é interessante observar é como, posteriormente, estabelece-se um sistema que eu chamaria de “econômico-turístico-estético”, que atribui valor normativo a algo que, inicialmente, era fora do comum. O que isso significa, no fim das contas? Significa que, em [Théodore] Rousseau – e o mesmo se aplica a muitos artistas até hoje –, há um poder performativo e instaurador na arte. Proust, falando sobre Renoir, afirmou que os artistas são criadores de mundos.

Portanto, é sempre muito interessante – e eu diria que especialmente hoje – acompanhar o trabalho dos artistas contemporâneos, que trazem novas sensibilidades e novos olhares, muitas vezes antes que possamos compreendê-los completamente.

O que me interessa em Le Corbusier, por exemplo, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, são os desenhos que ele fez da cidade vistos do avião. Todo esse desenvolvimento da visão aérea renovou completamente a percepção e a sensibilidade em relação ao território e à paisagem. O olhar aéreo, mais precisamente a visão a partir do avião, representou, como dizia o geógrafo Pierre Deffontaines, a descoberta de “um novo mundo”. Mas essa nova visão também acompanhou um novo urbanismo. Ela trouxe uma nova forma de conceber a altura, os edifícios, sua relação com o espaço. Esse conjunto forma, de fato, um novo tipo de paisagem.

Isso me parece um ponto essencial a ser considerado. Patrimonializar isso? Sim, pode-se patrimonializar, mas é fundamental compreender que tudo isso ocorre dentro de uma história, que é, na verdade, uma história do constante renascimento das sensibilidades. Essa renovação das sensibilidades está diretamente ligada ao desenvolvimento das possibilidades técnicas. No caso de [Théodore] Rousseau, por exemplo, o trem e a fotografia desempenharam um papel central, contribuindo para a criação de novos olhares sobre a paisagem.

Portanto, claro, é necessário patrimonializar no sentido de conservar. Mas conservar não significa fixar. Insisto nisso: conservar é acompanhar um movimento

de transformação, de modo que uma forma de continuidade com o passado seja preservada, mas sempre em movimento. Em um movimento permanente.

**Rafael T. Vidal:** Acho que podemos avançar para um último eixo. Falar sobre proteção, sobre essa continuidade e sobre essa história da sensibilidade humana me faz perguntar: no atual contexto de catástrofes e mudanças climáticas, qual papel as paisagens classificadas como patrimônio deveriam desempenhar, na sua opinião?

**Jean-Marc Besse:** É difícil responder a essa questão. A resposta clássica seria que elas desempenham um papel de testemunho. Testemunho de algo que foi bem-sucedido.

Podemos eventualmente acrescentar, utilizando um termo que às vezes é empregado para as ilhas, que elas desempenham o papel de sentinelas. Ou seja, são paisagens que permitem observar precisamente o impacto das transformações, das degradações, se for o caso. Esses lugares funcionam como reveladores. Percebe?

No fundo, eles são como laboratórios que nos permitem questionar e refletir sobre a história das paisagens. Então, sim, testemunhas, sentinelas, eu acho que é isso.

**Rafael T. Vidal:** Falamos sobre “fazer com” e sobre “estar nas paisagens”. Isso me faz pensar no papel das práticas tradicionais, no papel da presença das populações autóctones e indígenas na gestão das paisagens. Como elas podem contribuir para o planejamento paisagístico atual?

Talvez eu possa reformular a questão. Como podemos considerar essa presença nas paisagens? Falamos sobre a experiência na Córsega. De um lado, há essa presença que transforma, e, de outro, há esse projeto, esses gestos de preservação pelo Estado.

Como os dois podem caminhar juntos? Como você enxerga essa relação entre aqueles que habitam e aqueles que “fazem com”?

**Jean-Marc Besse:** Acho que a primeira coisa que quero dizer sobre a paisagem é que, independentemente da nossa posição social ou política, estamos dentro dela. Esse é o ponto central. Estamos na paisagem. Podemos estar nela como habitantes, de maneira prolongada, ou podemos estar como viajantes, de passagem. Podemos estar como planejadores urbanos ou engenheiros que intervêm pontualmente. Mas, em todos os casos, estamos dentro dela.

Acredito que isso deva ser afirmado com força, especialmente diante dos serviços do Estado. Ou seja, ajudá-los a sair de uma posição de superioridade para entrar em um processo de construção e de elaboração de um espaço comum, um espaço

de troca, de discussão e, talvez, até mesmo de ação coletiva. Isso deve ser feito com os próprios habitantes, ou seja, com as associações em geral, os representantes locais, entre outros. Para mim, isso é absolutamente fundamental.

E, para isso, sempre me apoio, pelo menos em parte, na reflexão e na análise desenvolvidas pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, quando ele pensou sobre a questão do espaço público democrático. Ele destaca, por um lado, que os novos temas, especialmente os temas ambientais, nunca vinham do Estado. Eles sempre surgiam das associações e dos habitantes, seja na área da saúde, seja na questão das paisagens em geral. Esse é o primeiro ponto que ele ressalta: de certa forma, o Estado está sempre atrasado.

O segundo ponto é que, para ajudar o Estado e seus representantes a entrar nesse processo coletivo – esse processo de comunicação, por assim dizer –, Habermas também afirma que é essencial falar a linguagem comum. E não a linguagem especializada, dos especialistas. Falar a linguagem comum não significa falar de forma simplista ou inadequada. Podemos dizer as mesmas coisas, até mesmo as mais complexas e técnicas, mas com um respeito ao outro, que consiste em utilizar uma linguagem acessível.

E me parece que, justamente aí, encontramos a possibilidade desse ponto de acordo ou negociação que você mencionou, entre, de um lado, os habitantes, no sentido mais amplo do termo, que vivem no dia a dia a sua paisagem, com seus usos e sua relação cotidiana com o espaço, e, de outro lado, as exigências e intenções associadas a um projeto de transformação ou preservação.

**Rafael T. Vidal:** É a dimensão do vernacular que você falou no início. Acho que, para minha última pergunta, gostaria de abordar algo que acabei de pensar. É superinteressante porque se trata de falar sobre o que é óbvio, mas que não está presente. Como podemos enxergar o óbvio? Você poderia nos sugerir algo?

**Jean-Marc Besse:** Isso é a arte do paisagista. Eu costumo dizer que o projeto é uma cartografia. O projeto de paisagem consiste em mostrar o que já estava lá e que não víamos, como faz o artista. E, muitas vezes, podemos perceber que o projeto poderia parar por aí. Ou seja, não é necessário intervir. Então, mostrar o que está lá pressupõe um trabalho de campo, de observação, de investigação no terreno e de pesquisa, com o objetivo de restituir, em uma imagem ou em um conjunto de imagens, ou qualquer outra forma, um atlas, o que já está presente. E, muitas vezes, não é necessário acrescentar algo. Não é necessário equipar, multiplicar os equipamentos, imaginando que o simples fato de ter bancos ou outros mobiliários vá trazer uma qualidade adicional ao espaço onde estamos. Às vezes, é muito melhor

retirar. E esse é, a meu ver, o verdadeiro sentido de habitar. Habitar, nisso eu acredito muito. Eu escrevi sobre isso no meu livro, que se chama justamente *Habiter*<sup>5</sup>. Habitar é, antes de tudo, limpar. Manter, se preferirmos. Não significa, necessariamente, traçar uma fronteira para excluir os outros, nem territorializar marcando limites e fronteiras, mas liberar o espaço, abri-lo, fazê-lo respirar, de certa forma, dar-lhe vida por meio desses gestos de cuidado. Isso não passa necessariamente pela instalação de equipamentos. Ou, quando os equipamentos são necessários, eles devem estar a serviço da respiração do espaço, da abertura do espaço. Isso é o que posso dizer hoje. É bonito!

**Rafael T. Vidal:** Também é um pouco melancólico, porque estamos um pouco distantes disso... Você não acha que estamos um pouco longe dessa ideia?

**Jean-Marc Besse:** É uma luta constante. Ou melhor, um desafio permanente.

**Rafael T. Vidal:** Muito obrigado.

**Jean-Marc Besse:** Eu que agradeço.

## Referências

- BARTALINI, V. *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BESSE, J.-M. *Face au monde. Atlas, jardins, géoramas*. Paris: Desclée de Brouwer, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1994.
- GUERRA, A. *Arquitetura e natureza*. São Paulo: Romano Guerra, 2016.
- MACEDO, S. S. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1999.
- MCHARG, I. *Design with nature*. New York: Natural History Press, 1969.
- OLMSTED, F. L. *Walks and talks of an American farmer in England*. New York: G. P. Putnam, 1852.
- RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

---

5. BESSE, J.-M. *Habiter: Un monde à mon image*. Paris: Flammarion, 2013.

### **Jean-Marc Besse**

Jean-Marc Besse (França, 1956) é geógrafo, filósofo e diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Professor e ensaísta no campo dos estudos da paisagem, suas pesquisas abordam, por um lado, a história das representações e das práticas do espaço e a teoria da paisagem; por outro, a epistemologia dos saberes geográficos, tanto na época moderna quanto na contemporânea. É autor de trabalhos fundamentais, como *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*, traduzido para o português e publicado no Brasil em 2006. Sua obra tem contribuído de forma decisiva para renovar o pensamento sobre a paisagem como categoria operatória do urbanismo, da geografia e do planejamento urbano e regional contemporâneos.

**Email:** bessejm@parisgeo.cnrs.fr

**ORCID:** 0000-0003-3099-837X

### **Rafael Teixeira Vidal**

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Coursou estágio doutoral na École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris la Villette (ENSAPLV), em 2024, onde realizou a entrevista com Jean-Marc Besse como parte de suas atividades de doutorado. Atua no ensino e nas práticas de projeto e de pesquisa na interseção entre história urbana e ambiental, teoria e prática da paisagem e do planejamento urbano.

**Email:** rafaeltvidal@gmail.com

**ORCID:** 0000-0001-6365-3912

**Editores da RBEUR:** Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

**Como citar:** BESSE, J. M. A paisagem como instrumento de planejamento: diálogos interdisciplinares com Jean-Marc Besse. Entrevista concedida a Rafael Teixeira Vidal. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202544, 2025 DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202544>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)